



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

OS GOVERNOS ANGOLANOS DE VIEIRA E NEGREIROS NA PERSPECTIVA DE CADORNEGA, 1658 A 1666.

Leandro Nascimento de Souza

Mestrando em Historia pela UFPE / Bolsista da CAPES

nassoza@hotmail.com

Analisando a sociedade brasílica no século XVIII e XIX, vemos uma dependência do sistema social estabelecido com a mão-de-obra escrava. Essa dependência foi fruto da ação portuguesa em aumentar cada vez mais a travessia de escravos da África para o Brasil, pois desde a captura dos africanos até a chegada deles no novo mundo, existia uma série de licenças e impostos que gerou um bom lucro para a Coroa portuguesa. Mas, para esse sistema escravista português consolidar-se, houve, na segunda metade do século XVII, mudanças significativas na estrutura do trato negreiro africano, principalmente no período dos governadores luso-brasileiros em Angola. Esse período teve um papel fundamental para consolidar a ocupação portuguesa na África, gerando alterações necessárias para suprir as necessidades de mão-de-obra da colônia brasílica, aumentando os lucros da Coroa, influenciando ainda várias questões da sociedade colonial nos séculos seguintes.

No início da ocupação portuguesa na África, a estratégia era usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. Portugal manteve seu negócio negreiro, no século XVI e primeira metade do século XVII, negociando com os Sobas¹, realizando várias alianças comerciais com tribos africanas. Com a união Ibérica iniciada em 1581, esse tipo de negociação não sofreu muitas mudanças, surge o asiento², como explica Eduardo de Oliveira França “A exploração do Império pela burguesia portuguesa se fez, sobretudo, clandestinamente, graças ao tráfico de escravos que por meio dos asientos e das licenças lhe concedia a Coroa espanhola” (1997:384). Nessas condições, o trato negreiro era feito de forma indireta, o tráfico de escravos dependia de terceiros para que o sistema continuasse ativo, inclusive dos próprios africanos



¹ Chefes tribais da África Central.

² Licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

fornecedores de escravos para os asientistas.

Essa situação “confortável” se modificou com a guerra dos Trinta Anos³, onde a rivalidade entre a Espanha e os Países Baixos, antiga aliada lusa, prejudicou os negócios da burguesia portuguesa na África e no Brasil. Como consequência dessa rivalidade, houve a invasão dos holandeses no Norte brasileiro em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão da costa africana iniciada em 1637, controlando o fornecimento de escravos. A perda das colônias foi um dos motivos para a restauração portuguesa de 1640⁴, a qual iniciou um conflito entre Portugal e Espanha. As colônias portuguesas foram reconquistadas com iniciativas dos próprios colonos, tanto no Brasil⁵ quanto em Angola⁶.

Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com pouco território e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo⁷. Aliado dos holandeses, o Congo havia feito alianças comerciais e militares com uma grande parte dos Sobas, muitas vezes pela força, invadindo territórios portugueses, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano e de desprestígio da Coroa Portuguesa. A posição de Portugal foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na costa africana e no Brasil, além de que ainda estava em conflito com a Espanha, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas, como expõe Luis Felipe de Alencastro “Angola sustenta o Brasil, o qual sustenta Portugal” (2000:247). Essa importância do trato negreiro, fez com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na

³ Uma série de guerras que diversas nações européias travaram entre si entre 1618 e 1648, por motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. A Espanha e os Países Baixos, foram rivais nesse conflito.

⁴ Regresso de Portugal à sua independência em relação à Castela, depois de sessenta anos de regime de monarquia dualista (1580-1640) em que as coroas dos dois países couberam ambas a Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Castela. Um grupo de conspiradores da nobreza aclamou o duque de Bragança como Rei de Portugal, com o título de D. João IV, iniciando a Dinastia de Bragança. Mas a paz definitiva só veio com o assinatura do tratado com a Espanha em 1668.



⁵ Sobre a restauração do norte brasileiro ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007.

⁶ Sobre a reconquista de Angola ver: BOXER, Charles R. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

⁷ Portugal inicia em 1483 um processo de aculturação no Reino do Congo, logo houve uma cristianização e criação de uma aristocracia formada pelo trato negreiro. Essa aristocracia passou de aliado a rival de Portugal, pois desejava acabar com os intermediários no tráfico de escravos para o novo mundo. Esse entrave vai perdurar até a conquista do Reino comandada por André Vidal de Negreiros em 1665 (ALENCASTRO, 2000:70-74).

expansão territorial no sertão africano, mesmo sem autorização oficial. No governo de Salvador de Sá, de 1648 a 1652, como o Norte brasileiro ainda estava sob domínio dos Países Baixos, houve uma ampliação no tráfico negreiro no eixo Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro. Nesse período ocorreram as primeiras tentativas para realizar as investidas e modificar a forma do trato negreiro. No governo de João Fernandes Vieira, 1658-1661, seguido pelo de André Vidal de Negreiros, 1661-1666, é que foram colocadas em prática as mudanças estruturais necessárias para retomar o controle e prestígio português na África, ampliando o tráfico de escravos no eixo entre Pernambuco e Angola, e consolidando a dominação portuguesa na África Central.

Para uma análise desse contexto, fizemos uso de uma obra com bastante relevância, *História geral das guerras angolanas*, escrita pelo militar português Antonio de Oliveira de Cadornega, esse livro destaca os diversos conflitos e dificuldades enfrentadas pelos portugueses para se estabelecerem em Angola. Cadornega escreveu pautado na autoridade de ter vivido naquelas regiões, realizando uma abordagem da história política de Angola, desde Paulo Dias Novais, 1580, até Luiz Lobo da Silva, 1684.

Cadornega e a Cultura imperial

Ao longo do século XVII, muitos escritos da época refletem sobre a nação e o império. A partir da restauração de 1640, o atlântico é o principal cenário da literatura portuguesa, ficando para trás o oriente, sobretudo a Índia. A recuperação de Pernambuco aos holandeses foi um dos acontecimentos mais relevantes do período, como também a conquista africana. Diogo Ramada Curto (2009:146) levanta a questão



que há uma relação muito grande entre a cultura escrita e as práticas de identidade em diferentes quadros políticos e sociais, ou seja, para compreender a obra, tem que levar em consideração alguns pontos importantes: articulações entre o olhar etnográfico e a propaganda destinada a afirmar as virtudes de quem escreve; a importância de obras de autores estrangeiros, integrando diferentes nações, várias ordens religiosas, contextualizando e relativizando o lugar das obras portuguesas; circulação européia das obras portuguesas; quadro de lutas que os portugueses se viram ao longo do século XVII. Logo a obra de Cadornega se enquadra nesse processo de identidade imperial, fazendo necessário um estudo mais amplo, com outras fontes, para confirmação de algumas afirmações.

Antonio de Oliveira Cadornega nasceu em Vila Viçosa, Portugal, por volta de 1610. Sua família sofreu um grande abalo: sua mãe e irmã foram processadas pela inquisição, acusadas de praticar ritos religiosos judaicos. Antes desse processo, e devido a essa provável ascendência judaica, Cadornega e seu irmão, Manuel, partiram para a África na esperança de não serem perseguidos pela inquisição. Partiram para lá contra a vontade de seu pai, que tentara a vida em Buenos Aires, mas voltara empobrecido para Portugal. Cadornega e seu irmão partiram para Angola com o novo governador Pedro César de Meneses. Lá, assumiu a função de soldado raso, e seu irmão a de alferes. Chegou em Luanda no ano de 1639 e seguiu na carreira militar até ocupar o posto de capitão, provavelmente nomeado em 1649, e, posteriormente, assumiu funções na administração pública. Após um período sediado em Massangano, no ano de 1671 transferiu-se para Luanda, onde foi nomeado vereador da câmara inúmeras vezes e onde teria dado início à escrita de seu texto principal, *História Geral das Guerras Angolanas* (OLIVEIRA, 2008:224).

Apesar do título, o texto de Cadornega não se detém na descrição das guerras que assolavam a região de Angola, mas também traz relatos de particularidades do território, e de seus habitantes, além de abordar outros acontecimentos relativos à presença da administração portuguesa e a atuação missionária de religiosos, como jesuítas e capuchinhos. Essa obra foi publicada em três volumes: os dois primeiros descrevem as campanhas portuguesas naquela região até 1680 e o terceiro trata mais de aspectos



geográficos e etnográficos da Angola portuguesa. Cadornega escreve com o propósito de criar uma memória da expansão portuguesa naquele território, prestando um grande serviço ao rei, ao divulgar os grandes feitos portugueses. No entanto, o texto de Cadornega só veio a ser publicado no século XX. Talvez a publicação de um texto como o que Cadornega escreveu, poderia representar uma grande fonte de informações que poderiam ser utilizadas “contra” os interesses portugueses, caso nações inimigas tivessem acesso aquele texto (OLIVEIRA, 2008:225).

Cadornega nos faz acreditar que ele queria deixar registrado, não só os feitos portugueses, mas também os seus préstimos à Coroa portuguesa naquele território, uma vez que seu texto narra, em grande parte, experiências pessoais e relatos de pessoas que também estavam naqueles lugares, como homens envolvidos na administração portuguesa e missionários. Provavelmente, Cadornega gostaria de deixar registrado seu papel de súdito leal para que seus descendentes pudessem angariar mercês da monarquia lusa (OLIVEIRA, 2008:225).

O prestígio Pernambucano e as medidas de João Fernandes Vieira em Angola

Em 1641, Portugal assina um tratado de paz com a Holanda, a partir desse momento tem início as várias negociações para a retomada das colônias que foram perdidas para os Países Baixos no período da União Ibérica. Paralelamente, os colonos dessas regiões agiram sem o consentimento oficial, mas não sem o conhecimento da Coroa portuguesa. Logo, enquanto Portugal negociava, os colonos agiam e confrontavam os batavos, oferecendo mais subsídios para as negociações (MELLO, 2003:57). E mesmo que o desfecho das negociações tenha envolvido a Inglaterra como intermediária, e Portugal tenha assumido uma grande dívida para ter suas colônias de volta, podemos dizer que as atitudes dos colonos tanto na África como em Pernambuco foram de fundamental importância para a expansão e consolidação da monarquia pluricontinental portuguesa.

Em Pernambuco, os colonos que lutaram quase sem a ajuda Real, sentiram-se no direito de terem privilégios. E Portugal ofereceu, dentro das suas possibilidades,



honrarias aos restauradores, pois a Coroa tinha a desconfiança de que o não cumprimento das suas exigências poderia causar um descontentamento, e conseqüentemente, a emancipação de regiões coloniais, visto a popularidade dos líderes da restauração. Então, D. João IV, manifestou sua gratidão através de concessões de comendas, terras, foros, títulos de nobreza, patentes militares e pensões para aqueles que tiveram destaque na recuperação da Capitania (ACIOLI, 1997:51).

O sentimento de orgulho foi muito grande entre os restauradores pernambucanos, e os critérios de recompensa Real não foram bem aceitos, principalmente entre os líderes do movimento, pois além dos títulos e honras, eles queriam cargos de poder. Várias cartas são enviadas ao conselho ultramarino, replicando e insistindo em mercês mais honrosas. Com muita astúcia a Coroa portuguesa concedeu mais privilégios aos que lhe pareciam mais leais, causando certa inveja entre os restauradores. Em troca de recompensas mais generosas João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros tornaram-se leais vassalos, e os favorecimentos da Coroa lhes deram uma visão maior por conquistas e poderes políticos e militares. Um grande exemplo disso são os pedidos de João Fernandes Vieira para cargos de governos no ultramar lusitano como o governo vitalício de Pernambuco, o do Maranhão por nove anos, o de Angola por seis e o título de conde e almirante do estado do Brasil (ACIOLI, 1997:56-57). Grande parte lhe foi negado, pois os postos políticos mais importantes foram ocupados por pessoas que ofereciam menos perigo à estabilidade da Coroa. Pelas nomeações de cargo de poder, Portugal vai organizando o controle do seu ultramar, privilegiando até certo ponto os colonos para impedir revoltas.

Nesse contexto, Portugal demonstrou um pluralismo político, e uma redução das funções da Coroa do centro à periferia, e que o poder jurídico estava atrelado a tradições locais, mostrando uma flexibilidade no centro do poder real, ate mesmo para controlar as regiões através da satisfação dos seus líderes (HESPANHA, 1994:298-299). Essa forma de controle do império português atrelada ao prestígio adquirido por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros foram os elementos fundamentais para que a tráfico de escravos na região de Angola fosse expandido e consolidado.



Enriquecido pela confiança e proteção inicial dos holandeses, João Fernandes Vieira teve seus bens aumentados com as graças portuguesas, tornando-se o mais rico dos colonos de sua época, chegando a possuir 16 engenhos nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, cerca de 2.000 escravos, além de várias outras propriedades (ACIOLI, 1997:55). Dos cargos de poder solicitados, Portugal lhe concedeu bem menos, o governo de Angola por três anos, e enquanto esperava pela vagância do cargo, assumiu o governo da Paraíba em 1655. Como governador, realizou medidas que pudessem lhe interessar, ou seja, beneficiar a produção açucareira, a qual dependia dos escravos africanos. Por esse motivo, seu governo em Angola foi bastante conveniente, pois suas medidas restauraram e expandiram o comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife, enfraquecidos com o governo da Salvador de Sá em Angola, no período de 1648 a 1651, onde foi favorecido o tráfico entre Luanda e Rio de Janeiro (BOXER, 1973:245).

Querendo controlar o mercado de escravos, João Fernandes Vieira realiza várias medidas para fortalecer militarmente a sua administração, logo de início ele colocou gente sua para os cargos administrativos e militares, ocasionando assim uma demanda de colonos pernambucanos para gerir seu governo, principalmente os militares que lutaram na expulsão holandesa (MELLO, 2000:330-331), pois o interesse de Vieira era de expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça, o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negreiro, pois na sua perspectiva não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos vão ser muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar. Vieira pede autorização a Coroa para transferir grande parte da artilharia tomada dos holandeses para Angola⁸.

Entre suas medidas, está o fortalecimento da região já controlada, como obras nos portos, ampliando seus cais, restauração e construção de fortalezas e ampliação do poderio militar. Após esse controle vai ter início a expansão territorial, várias regiões vão ser reconquistadas e outras submetidas pela primeira vez. Conquistou a região de Ambarca, conseguiu a vassalagem das terras de Libolo e Quissama, recuperou o porto de Benguela, criou rotas terrestres seguras, recuperou o rio Cuanza e o trato salineiro,



além de iniciar negociações para aliança política com os guerreiros Jagas do reino de Matamba que era governado pela temida rainha Jinga (ALENCASTRO, 2000:286). Essas conquistas arrecadaram um grande número de escravos para o Brasil, principalmente Pernambuco. Seu interesse era criar uma rota segura entre Angola e Moçambique. Suas medidas restauraram o prestígio português que havia sido perdida no período holandês e pelo controle do Reino do Congo.

Com o Reino do Congo Vieira foi mais cauteloso, usou de muita negociação, pois este Reino era reconhecido pela Santa Igreja Católica, tinha seu bispado próprio e muita influência com Roma e Madri. Nas negociações Vieira exigiu o cumprimento dos tratados anteriores e enquanto a resposta não vinha, atacava os vassallos fieis ao Congo. Depois de muitas ameaças de invasão ao território congolês, em 1659, Vieira consegue que o Congo cumpra parte de acordos anteriores, principalmente na liberação de um grande número de escravos para Luanda. Medida que o fez perder parte do apoio que tinha para uma invasão.

Outra medida importante de Vieira foi a denuncia do envolvimento dos jesuítas no tráfico negreiro, que tinham tornado-se menos missionários e mais materialistas. Aliou-se aos capuchinhos e acusou os jesuítas de várias irregularidades, ocasionando na sua excomunhão pela ordem da Companhia de Jesus. Essas medidas foram importantes ao

⁸ Logo em 1656, dois anos antes do cargo, o mestre-de-campo João Fernandes Vieira requer ao conselho ultramarino 200 soldados da capitania de Pernambuco para o início do seu governo em Angola (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 576).

ponto de um século depois o Marques de Pombal expulsar os jesuítas das colônias portuguesas (MELLO, 2000:346-349).

Com o fim do seu governo e sem seu principal objetivo conquistado, submeter o Reino do Congo aos portugueses, Vieira tem a oportunidade de ter continuidade na sua política expansionista através do seu sucessor, o “compadre” André Vidal de Negreiros. Em sua chegada em 1661 Negreiros passou alguns meses com a companhia de Vieira, onde o mesmo fez questão de lhe passar todo o planejamento expansionista.



A continuidade de André Vidal de Negreiros

Com um grande prestígio perante a Coroa, Negreiros foi possuidor de invejável fortuna, grandes lotes de terra compreendendo mais de trinta léguas, cinco engenhos, mais de vinte fazendas de criação de gado, sítios de pesqueiras, grande numero de escravos, prédios e outros bens (ACIOLI, 1997:55). Seus cargos políticos foram mais importantes do que os de Vieira, foi governador do Maranhão de 1655 a 1656, governador de Pernambuco de 1657 a 1661⁹, governador de Angola entre 1661 e 1666, e novamente de Pernambuco em 1667. Seu prestígio foi colocado a prova em várias situações: conflitos com o governador Barreto de Menezes¹⁰, e desobediência a Coroa em determinados momentos no seu governo em Angola.

Para Negreiros também foi interessante a expansão para o interior africano, pois tinha feito vários acordos com Vieira, que tinha vários agentes envolvidos no tráfico. Além de que era um senhor de terras na América portuguesa, onde tudo funciona pelo sistema escravista. Com isso a política implantada por Vieira teve continuidade, só que desta vez o intuito maior era a invasão ao Reino do Congo, submetendo-o a Portugal, aumentando ainda mais o controle sobre a região e o tráfico de escravos. Mas essa medida não foi fácil, pois a invasão tinha que ser justificada, principalmente em Roma.

⁹ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requer a Coroa que lhe mantenha no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661 (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620).

¹⁰ André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto de Menezes tiveram vários conflitos de jurisdição e de poder político. O primeiro foi quando Menezes governava Pernambuco pós-restauração, Negreiros lutou para que as exigências dos que lutaram na expulsão holandesa fossem atendidas e Menezes defendia os interesses do Reino, causando um grande mal estar na sua administração. Segundo é que quando Menezes se torna governador geral do Brasil vai tentar intervir na administração de Negreiros no seu governo em Pernambuco, foi um grande conflito de jurisdição que Negreiros vai usar todo o seu prestígio perante a Coroa (ACIOLI, 1997: 81-92).

Para a igreja católica, o Congo era uma porta aberta para uma melhor entrada do cristianismo nessa região africana, uma vez que os próprios africanos a pregavam. Outro problema enfrentado por Negreiros foi a determinação de Portugal, de 1664, que cancelava as investidas militares no interior africano, dando prioridade a proteção da



costa atlântica, sobretudo Luanda, pois havia muita ameaça de invasões por parte de outros países interessados em comandar o escravismo.

O governo de Negreiros teve vários momentos de desentendimento com a Coroa portuguesa, principalmente pela sua insistência na invasão ao Congo. Utilizando o seu prestígio ele seguiu em frente e usou de várias estratégias para criar justificativas de avanço militar no território congolês. Denunciou o Rei do Congo, Mulanza, de subtrair terras e metais preciosos de Portugal, e declarou refutação ao caráter cristão do Congo, relatando que o cristianismo era apenas uma fachada para agradar Roma, e os cultos pagãos sempre estavam presentes nos rituais cristãos. Essas denúncias foram chamadas de cisma dos cônegos congolezes o que causou um grande descontentamento ao Rei Mulanza, a qual declara guerra a Angola portuguesa (ALENCASTRO, 2000:291-292).

Com a guerra declarada por Mulanza, foi mais fácil para Negreiros ter o apoio que precisava, logo tratou de montar a estratégia para vencer a guerra contra o Congo. Uma grande vantagem para Negreiros foi a aliança com o Reino de Matamba, governado pela rainha Jinga e os guerreiros Jagas¹¹. Vários conflitos se estenderam no interior africano, mas a guerra só tem seu desfecho com a batalha de Ambuíla em 1665. O exército de Negreiro era composto por tropas luso-afro-brasílicas. Adquiridas nos conflitos contra os holandeses em Pernambuco, na luta contra quilombos e até mesmo nos conflitos com indígenas, as tática de guerrilhas brasílicas foram de fundamental importância para a vitória nessa guerra, até mesmo a experiência com os armamentos fizeram a diferença, as tropas de Negreiros utilizaram mosquetes melhores, adaptados a região ao invés dos mosquetes holandeses, usados pelo exército do Congo, que se apagavam com a

¹¹ Um das personagens mais conhecidas da história centro-africana foi a chefe de Matamba chamada pela crônica portuguesa e missionária de rainha Jinga. Nascida em torno de 1580, na chefatura do Ndongo, filha do principal chefe da região, que tinha o título de *ngola a kiluanje*, morreu em 1663, depois de uma longa vida ocupada em grande parte em guerrear com os portugueses. Com a expulsão dos holandeses de Luanda pelas tropas afro-luso-brasílicas comandadas por Salvador Correia de Sá, Jinga ficou sem seus principais parceiros brancos. A partir de então, buscou com empenho cada vez maior estabelecer a paz com os portugueses, que pelo seu lado também a buscaram com mais vigor, privilegiando o bom fluxo das mercadorias por meio de acordos com os chefes locais em detrimento das guerras de conquista, que produziam escravos mas eram por demais dispendiosas. No processo de estabelecimento da paz com os portugueses foi central a atuação dos missionários capuchinhos, que desde 1645 atuavam na região de Angola (PANTOJA, 2000).



umidade, sem falar nos cavalos que eram uma grandiosa arma militar contra os africanos (CADORNEGA, 1940:219-222).

A travessia atlântica dos militares de Pernambuco para Angola se deu em um contexto bastante favorável, pois além da vontade e a coragem dos indivíduos, houve os benefícios para Portugal. As estratégias militares utilizadas em Pernambuco forneceram um grande aprendizado para a luta na África, e através disso os “prestigiados” de Pernambuco conseguiram oportunidades. As vantagens para Portugal, para os governadores e militares se completaram, e a ida e o retorno dos chamados “heróis de saga” se tornou um bom negocio nesse período.

Houve um grande interesse da Coroa portuguesa, e seu Conselho Ultramarino, no recrutamento de oficiais e soldados que estavam no Brasil para defender a colônia africana. A alta mortalidade dos soldados europeus contribuiu para a crença de que recrutas brasílicos ou de outras regiões de clima tropical, São Tomé, por exemplo, teriam melhores condições de adaptação ao ambiente climático, alimentar e epidemiológico angolano (ALENCASTRO, 2000:65-66).

Mas, além do argumento biológico, a questão também tinha relação com os governadores João Fernandes Vieira e André Vidal Negreiros, que empregaram em Angola tropas com estratégias militares que já tinham sido testadas com sucesso na América portuguesa, principalmente os que lutaram na expulsão holandesa em Pernambuco. Em 1662, por exemplo, o recém-empossado Vieira criou em Luanda duas companhias formadas por soldados pernambucanos (FERREIRA, 2007:7). Negreiros, por sua vez, depois de chegar a Luanda escoltado por duzentos soldados de Pernambuco, se valeu de temores a respeito de possíveis invasões estrangeiras, de holandeses, e mesmo espanhóis, para solicitar um número ainda maior de soldados luso-americanos (FERREIRA, 2007:7). Os pedidos de reforço militar de Negreiros levaram ao envio de mais de setecentos soldados para Luanda, cem deles vieram de Lisboa, mas o grosso era oriundo de Pernambuco (FERREIRA, 2007:7). Cerca de metade deste contingente lutou na batalha de Ambuíla contra o rei do Congo, e parece ter cumprido papel vital na vitória portuguesa. (FERREIRA, 2007:7) Tropas do Brasil também foram



empregadas quando o governo de Luanda foi ameaçado pela emergência de líderes hostis no reino da Matamba, na década de 1670.

Em tempos de guerra, o grosso das tropas era formado por soldados de forças irregulares locais, guerra preta, cujo recrutamento dependia de alianças com soberanos africanos. Em tempos de paz, no entanto, o pilar central do sistema de defesa português era constituído por tropas regulares. Delas fazia parte um conjunto heterogêneo de indivíduos, incluindo desde soldados profissionais africanos, como recrutas brasílicos, e europeus degredados sem nenhum treinamento militar. As tropas luso-americanas não podiam ser comparadas ao número muito maior de soldados da guerra preta, que na prática se incumbiam das funções mais importantes nos campos de batalha. Na essência, a importância dos soldados estrangeiros tinha menos a ver com seus números do que com as funções que desempenhavam nos campos de batalha. Em geral, vinham na retaguarda das forças "coloniais", proporcionando cobertura armada para as forças avançadas da guerra, além do uso de táticas de guerrilhas adquiridas na expulsão holandesa. Neste papel, lutavam com equipamento já testado nas guerras brasílicas e que comprovadamente se adaptava melhor às condições de Angola. Na batalha de Ambuíla, em 1665, por exemplo, foram usadas pistolas de curta distância, mais leves e duráveis que os tradicionais mosquetões usados pelas forças portuguesas e africanas e mesmo os mosquetes das tropas brasílicas eram diferenciados, pois eram a Roldete¹² e não a Mecha¹³, facilitando o seu uso em ambientes úmidos como batalhas na chuva (CADORNEGA, 1940:220-223). Outras estratégias levadas de Pernambuco para Angola foram o uso dos coletes de algodão nos soldados, tornando suas vestimentas mais leves e ideais para guerrilha, e o uso dos cavalos como arma nas batalhas. Os africanos tinham terror do uso desses animais (CADORNEGA, 1940:221).

Com a batalha e a guerra ganha, Negreiros assume de vez o seu prestígio perante Portugal, além aumentar os números do tráfico de escravos africanos para o império português, alimentando cada vez mais a produção açucareira na América portuguesa, principalmente ampliando o comércio bipolar entre Recife e Luanda.



¹² Ao lado do deflagrador a mecha, o mecanismo de roda ou roldete, começou a ser usado na Europa entre o segundo e o terceiro decênio do século XVI, geralmente nas pistolas da cavalaria. Dada sua facilidade de manejo, as pistolas e escopetas a roldete começaram a ser empregadas no final do século XVI pelos dragões, força montada de infantaria que combatia os lanceiros da cavalaria. Como as pistolas, o mosquete a roldete dispara com um mecanismo semelhante ao do isqueiro: uma rodinha estriada, à qual se dá corda, gira ao se apertar o gatilho e tira faísca de uma pirita de ferro (ALENCASTRO, 2000:371).

¹³ Os regimentos regulares de arcabuzeiros e mosqueteiros continuaram usando ao longo do século XVII armas a mecha, de morrão, apoiadas em forquilha. Mosqueteiros e arcabuzeiros recebiam treino para, numa só seqüência, acender a mecha, apoiar o mosquete na forquilha e atirar (ALENCASTRO, 2000:372).

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino: ACL-CU-015, Cx. 7: D. 576, 620.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: Aspectos da administração, Pernambuco, século XVII. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá**: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

CADORNEGA, Antonio de oliveira de. **História geral das guerras angolanas**: 1680. Lisboa: Agência geral das colônias. V 1 e 2, 1940.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV ao XVIII)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FERREIRA, Roquinaldo. **O Brasil e a arte da guerra em Angola**. Rio de Janeiro: Estudos históricos nº 39, 2007.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do leviathan**: instituições e poder político em Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

14

_____. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. **Militar, camarário e “bom cristão”: o cronista Cadornega e suas estratégias de ascensão social nas possessões portuguesas na África do século XVII.** Revista eletrônica de história do Brasil, UFJF. V 10, nº 1 e 2, jan-dez, 2008.

PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão.** Brasília: Thesaurus, 2000.